

ESTUDOS

O SANGUE, A CRUZ E A COROA
A MEMÓRIA DO SALADO
EM PORTUGAL

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA

Departamento de História da F.C.S.H.-U.N.L.

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 2, FEV. 1989

A HISTORIOGRAFIA medieval*, interessada fundamentalmente na descrição dos «factos notáveis»¹, não poderia deixar de atribuir grande importância à narrativa de batalhas. Estas, pelo seu significado, constituíam mesmo um terreno fértil para a explanação dos valores ideológicos e do imaginário de indivíduos ou grupos sociais que retinham, pela técnica da escrita, a memória dos tempos.

Assim, a batalha, ou melhor, o seu registo, deve interessar-nos como *ficção histórica*² na qual a memória prevalecente resulta do entrecruzar da construção mental com o esquecimento³. No caso que nos propomos analisar, deixaremos de parte a reconstituição dos acontecimentos que antecederam e culminaram na batalha travada junto ao estreito de Gibraltar, a 30 de Outubro de 1340, entre os exércitos de Afonso XI de Castela e de Afonso IV de Portugal, por um lado, e os de Abu-I-Hasan, sultão de Marrocos, e de Yusuf, rei de Granada, por outro⁴. Ater-nos-emos, pois, à análise da construção da imagem ou das imagens sobre o confronto, bem como às modalidades de preservação, apropriação e transmissão da sua memória histórica, desde a Idade Média, em Portugal.

A imagem

Os registos historiográficos que consubstanciam, entre nós, as primeiras formas de cristalização da memória histórica da batalha do Salado, e que estão na origem de uma longa tradição sobre o assunto⁵, são as descrições inseridas no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*⁶ e na *Crónica do Rei D. Afonso IV*⁷.

O relato do *Livro de Linhagens* que figura na parte final da biografia de Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital, resultou da refundição operada, cerca de 1380, por alguém relacionado com esta personagem⁸. Quanto ao trecho da *Crónica*, ele é atribuído a Rui de Pina, que terá compilado e reescrito textos presumivelmente de Fernão Lopes⁹. Tanto num como noutro caso, a construção da imagem da batalha realça os elementos descritivos, como não poderia deixar de ser numa historiografia essencialmente narrativa. Assim, e em primeiro lugar, os sinais da própria natureza vão ser carreados para uma antevisão do embate militar, em que as névoas e a escuridão das vésperas contrastam com o dia claro e resplandecente em que se travará a lide¹⁰.

O destaque que em ambos os textos é dado aos quantitativos dos exércitos em presença relaciona-se não tanto com a busca do rigor numérico, mas, fundamentalmente, com a preocupação de marcar com nitidez a *diferença* entre os campos cristão e muçulmano. É assim que, como se não bastasse

a afirmação de que nas tropas dos reis mouros «avya tamtas e tam desvayradas gementes que pareçya que em todas as partes d Asya e d África nom podia aver tamtos»¹¹, se reforça a imagem da desigualdade dizendo que os cristãos eram menos do que a quarta parte dos seus opositores¹². Mas será na contabilização das baixas que a manipulação dos números assumirá maior expressão¹³; se o *Livro de Linhagens* indica 57 mil e trezentos muçulmanos entre mortos e cativos¹⁴ e a *Crónica* refere 450 mil mortos¹⁵, a discrepância destes dados e eles próprios, em si, pouco ou nada significam. O que lhes dá sentido é a *diferença*, por este meio acentuada, face ao ocorrido entre os cristãos: nestes, os mortos ou «por gramde mylagre nom passauam de vymte»¹⁶ ou a sua pouca expressão nem sequer merece ser mencionada. De facto, mais do que uma *quantidade*, o elemento numérico exprime uma *qualidade* que demarca os cristãos dos mouros; qualidade patente, é certo, na bravura de um exército que, apesar da inferioridade numérica, provoca a devastação no campo contrário, valorizando ainda mais a vitória, mas que sobretudo assinala o lado dos eleitos, dos que puderam contar com a intervenção do sobrenatural, do «gramde mylagre» pelo qual se visa mostrar aqueles a quem Deus brinda com os seus favores.

Foram já postos em relevo por diversos autores o pormenor, a vivacidade e o colorido que impregnam o relato do *Livro* do Conde D. Pedro¹⁷, com o recurso a imagens e hipérboles («frechadas [...] que eram tam espessas que tolhiam o Sol»¹⁸; sangue que corria pelas espadas «ataa os cotovelos»¹⁹). Esta característica é, de resto, extensível a certos trechos da *Crónica*, em que os elementos som e cor servem para acentuar a extrema violência do embate:

«E de todos estes exercytos, dos Christãos e dos Mouros, sayram tamtas grytas, com tamtos estromdos de trombetas e atabaques e d outros desvayrados estormentos, que claramente as momtanhas e vales tremyam, e pareçya que has cousas todas da tera de seus propyos luguares se movyam he aramcavam, semdo esta batalha tam cruamente fferyda, que has armas e eruas e as pedrás do chão, heram ja todas timitas em samgue.»²⁰

Estas repetidas referências²¹ não só conferem um traço realista à narrativa como, sobretudo, estão eivadas de uma concepção simbólica que toma o sangue e a sua cor vermelha como sinais «do fulgor, da dor, da *purificação*»²² inerentes à batalha, especialmente quando, como é o caso, os cristãos se confrontam com os inimigos da fé.

A aparentemente estranha relevância que é dada nos dois textos ao campo muçulmano não deve apenas ser entendida como recurso propício a uma dramatização de situações facultada pelo artifício estilístico do discurso directo, mas, essencialmente, como expressão do desespero na derrota, por parte dos mouros e do seu chefe supremo, Abu-l-Hasan. Desta forma, nada

há de melhor, para sublinhar o significado e as razões da vitória dos reis cristãos, do que pôr os vencidos a falar. Vencidos que, pela sua boca, reconhecem a incapacidade de Maomé os proteger e, conseqüentemente, como que testemunham a superioridade dos cristãos, não tanto no plano militar, mas, acima de tudo, no plano religioso: «Os Mouros [...] disseram que seu Mafamede nom havia poder pera os defender.»²³ A esta constatação se junta a voz revoltada do próprio sultão de Marrocos, que «dise comtra Deos muy yrosas lamemtações, acusamdo seu poder por comsemtyr em sua des-homra»²⁴.

Mas não basta este testemunho pela negativa, investivando Alá por haver abandonado os seus seguidores no momento crucial. Para que não restem dúvidas do carácter *extraordinário* e *sobre-humano* da vitória cristã, é, uma vez mais, um inimigo quem afirma, na primeira pessoa e em discurso directo, que «eu vi cousas estranhas e tam maravilhosas que por homes nom se poderia pensar»²⁵.

Não é, pois, o traço exótico que ressalta na descrição do *outro* de que nos dão conta os textos que temos vindo a seguir. A função literária, histórica e, se quisermos, teológica dessa descrição é a de, através de argumentos em que se entrecruzam *razão* e *sentimento*, explicar de forma directa e inequívoca as causas do triunfo cristão, só compreensíveis por ocorrências «estranhas e tam maravilhosas». O *outro* surge, desta forma, como elemento que, exactamente por estar em oposição ao campo em que se integram os narradores, acaba por reforçar e até legitimar a versão e o ponto de vista destes últimos.

É conhecida a acção do papa Bento XII na pacificação dos reinos cristãos peninsulares que entre si se guerreavam e, particularmente, as iniciativas levadas a cabo para pôr termo aos conflitos militares entre Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal²⁶. Como motivo fundamental dos propósitos papais estava o facto de ser cada vez mais sentida a ameaça muçulmana na Península; daí que Bento XII, sediado em Avinhão, exercesse toda a sua influência para estimular a unidade dos reis cristãos para a defesa de Espanha, sobre a qual impendia o perigo do império benemerim estabelecido no Norte de África.

A concessão da bula de cruzada aos monarcas peninsulares, em 1340, inscreve-se, portanto, neste esforço. Para além das indulgências concedidas aos que combatessem os mouros, a Igreja canalizava para Castela uma significativa ajuda material destinada a fazer face às despesas militares.

O espírito de cruzada encontra-se, pois, presente de forma explícita nas razões que conduzem os exércitos cristãos às margens do rio Salado. No caso português, a participação na batalha foi já mesmo vista como o culminar da ideia de cruzada²⁷. De facto, este ideal está bem patente nos dois relatos que temos vindo a examinar, quer nas referências explícitas cons-

tantes da *Crónica*²⁸, quer, principalmente, nos motivos aduzidos para a explicação da vitória cristã, comuns aos dois textos. Num como noutro é possível distinguir três momentos bem demarcados no decurso do prélio propriamente dito. Logo de início, antes ainda do choque entre os exércitos, surge a profecia sobre o desfecho do combate, na qual, pela voz de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital, é anunciado o triunfo e o facto de que Afonso IV havia de «vencer primeiro», por acção de Vera Cruz de Marmelar²⁹, relíquia do Santo Lenho³⁰ que os portugueses haviam transportado consigo.

Num segundo momento, a tónica é posta nas dificuldades por que passaram os cristãos; o «cansaço» e o desfalecimento, a «grande agonia e muyta fraquesa»³¹ tolham-lhe os braços, mas não a «bondade de seus corações»³², não obstante os mouros estarem cada vez mais folgados³³. Na dramatização da narrativa do *Livro de Linhagens* recorre-se, novamente, às imagens visuais e auditivas que, associadas a um sentimento (*a amargura*), exprimem com grande carga simbólica o desespero vivido («Esta hora foi aos cristãos d'escoridõe, d'amargura, de gemidos»³⁴). É este desespero que, assim retratado, os leva a interpelarem directamente a divindade, para que o Céu se declare. E é com este apelo que a batalha entra, decisivamente, no domínio do sagrado³⁵. Aqui se situa o cerne do drama habilmente tecido no relato do *Livro de Linhagens*, se joga toda a carga psicológica criada por uma pena manuseada por alguém que conheceria as técnicas da oratória³⁶ e se opõem, de forma concentrada, os princípios do Bem e do Mal:

«E diziam [os cristãos] contra Jesu Cristo: 'Senhor, porque entraste no ventre da Virgem Maria e naciste dela, e foi virgem ante parto e depois parto? Senhor, porque te prouve de receber morte por salvação dos cristãos? Senhor, porque ressurgiste ao tercer dia a tirar os que jaziam em trevas e em coita? Senhor, porque nos mostraste caminho de salvação pelos sacramentos que nos diste? Senhor, porque nos mostraste em como fezessemos egrejas em que te louvassemos e seguíssemos? Pois de todo esto hoje faleces a toda a Cristaidade!»³⁷

Com o reaparecimento da Vera Cruz entramos na terceira e última fase das narrativas, aquela em que se verifica a viragem no curso do combate e em que se consumará o *milagre* pelo qual os cristãos triunfarão sobre os muçulmanos³⁸. É, de facto, a cruz que traz a vitória, é ela que devasta o campo inimigo e inculca novas e sobrenaturais forças nos defensores da cristandade³⁹. É a Vera Cruz que mostra o caminho⁴⁰, é ela o agente da mutação, é por seu intermédio que o maravilhoso e o sobrenatural actuam e decidem o desfecho da batalha. E, uma vez mais, será aduzida aos relatos a confirmação testemunhal dos mouros, esses inimigos da fé que, exactamente porque o são, só podem vir reforçar a versão do milagre. Novamente um personagem muçulmano dará conta do «esforço sobrenatural

que vyra nos Christãos», recebendo os favores não da cruz mas de uma «bamdeyra acompanhada de homens deynos e gramdes e houtras cousas, desygnadas mylagres»⁴¹. Esta mesma voz, do turco Alcarac, refere, no *Livro de Linhagens*, «ũu gram cavaleiro» com «sobressinaes vermelhos», montado num cavalo com «sobressinaes de prata», e transportando «ũa cruz que esprandecia como o sol, e lançava de si raios de fogo»⁴², numa clara alusão ao carácter maravilhoso dos eventos que presenciara.

Ambas as fontes não terminam a nossa dedicada à narrativa do Salado sem retirarem uma *moral da história* que, como não poderia deixar de ser, se reporta à natureza maravilhosa do triunfo⁴³, culminando todo o ênfase posto na consagração do ideal de cruzada que, como vimos, marca profundamente a imagem que se constrói sobre o prélio. De resto, esta é uma característica que distingue as fontes portuguesas que se reportam ao Salado e que temos vindo a analisar, conferindo-lhes uma especificidade própria se comparadas com as castelhanas, das quais está pura e simplesmente ausente a intervenção do maravilhoso e do sobrenatural⁴⁴.

Celebração

Imediatamente após se haver consumado a vitória, teve lugar uma celebração litúrgica, em consonância quer com a importância atribuída à empresa pela cristandade peninsular, quer, sobretudo, sobre o significado da derrota muçulmana, como marco da derradeira tentativa de invasão da Espanha.

Ambas as crónicas dos monarcas cristãos registam a recepção festiva com que foram acolhidos em Sevilha, onde os esperava uma procissão encabeçada pelo arcebispo e respectivo cabido⁴⁵. Mas o impacto do Salado não se circunscreveu a esta cidade. Também em Valência, bem mais afastada do palco das operações, se realizaram sucessivas procissões, chegando uma a ser prevista pelo bispo e pelo concelho para *antes* da própria batalha, concretamente para 20 de Outubro. Os festejos de acção de graças viriam depois a ter lugar doze dias após o sucesso militar⁴⁶.

Muitas são as notícias disponíveis, em Portugal, acerca da celebração litúrgica deste evento, ao longo do final do século XIV e, sobretudo, nos dois séculos subsequentes. A festa da *Victoria Christianorum*, nome pelo qual foi geralmente designada entre nós, surge-nos poucos anos após a batalha, em Coimbra⁴⁷, em 1383 em Sintra⁴⁸, no século XV em Braga⁴⁹, Leiria⁵⁰ e Obidos⁵¹, na centúria de quinhentos em Évora⁵², apontando, portanto, para uma evocação litúrgica generalizada e prolongando-se no tempo⁵³.

No cartório da Sé de Lisboa terá existido uma descrição do Salado cujo original se perdeu e que Fr. Francisco Brandão considerou, no século XVII, ser «a mais autentica relação que temos daquella batalha»⁵⁴. Até nós che-

gou um relato intitulado *In Sancta et admirabili victoria Christianorum*⁵⁵, que se diz ter sido descoberto por Fr. António Brandão naquela mesma Sé⁵⁶.

O texto está imbuído do mesmo ideal de cruzada que já se nos deparara nos relatos do *Livro de Linhagens* e da *Crónica de Afonso IV*, sentindo-se aflorar aqui alguns indícios claros de uma concepção ideológica a que não é alheia uma componente xenófoba tendente a extremar o antagonismo face aos inimigos da fé cristã⁵⁷. Neste *combate total*, o rei é o enviado de Deus⁵⁸. É ele quem faz valer os argumentos da religião contra os indecisos⁵⁹, é ele quem interpreta a simbólica dos elementos⁶⁰ e é ele, finalmente, quem, armando os cavaleiros, como que os compara aos mártires prontos a derramar o próprio sangue por amor de Jesus Cristo⁶¹. Nesta comunhão que se sugere entre a divindade e os seus cavaleiros, o resultado não poderia ser outro senão a derrota dos inimigos da cristandade, ou seja, a consumação do milagre de que não podem restar dúvidas e que, por isso mesmo, é tornado explícito⁶².

Contemporânea do Salado e integrando-se no que poderemos designar por celebração laica da vitória, existiu uma canção de gesta entretanto desaparecida, da autoria de Afonso Geraldês. Esta personagem, que poderá ter participado na batalha⁶³, escreveu um poema sobre Afonso IV que inclui uma parte relativa ao Salado, poema esse no qual se detecta uma estrutura semelhante e, inclusivamente, versos iguais aos de um outro da autoria de Rodrigo Yanez sobre Afonso XI de Castela⁶⁴. Das rimas alusivas a Afonso IV conhecemos escassas passagens⁶⁵ que são, todavia, suficientes para demonstrar o carácter biográfico do poema. Tal como terá ocorrido com a celebração litúrgica, incluída, como vimos, nos officios festivos de várias dioceses, o poema laico vem reforçar a ideia sobre a divulgação que o triunfo cristão alcançou entre sectores próximos do rei e da corte.

Preservação e apropriação

Sendo a memória do passado construída com imagens preservadas segundo as motivações de quem as retém e transmite aos vindouros, a apropriação dessa memória processa-se a par de sua sedimentação, num processo em que a técnica da escrita desempenha destacado papel.

O relato do *Livro de Linhagens* é, dentro desta perspectiva, absolutamente exemplar. Incluída na parte final da biografia de Álvaro Gonçalves Pereira aquando da iniciativa de refundição levada a cabo pela família dos Pereiras, a descrição da batalha espelha bem as motivações ideológicas que lhe subjazem. Os principais valores da ética cavaleiresca afloram no ênfase posto no papel desempenhado pelos *fidalgos*. Os apelos à sua honra e à gló-

ria proporcionada pelo triunfo, bem como a invocação dos antepassados «que ganharam a Espanha» ou, por outro lado, a firme certeza da salvação das almas pelos actos praticados ao serviço da fé⁶⁶, ilustram de forma eloquente o referido ideal de cavalaria⁶⁷, ao mesmo tempo que acentuam a relevância dos nobres na concretização do êxito⁶⁸. Deste ponto de vista, a disposição manifestada pelos fidalgos de vencer ou morrer⁶⁹, em resposta à interpelação régia, concorre, também ela, para a legitimação da aristocracia guerreira, através de acções militares⁷⁰.

Mas o destaque dos feitos históricos vale tanto mais quanto é o próprio monarca a reconhecê-los e a como que confirmar as prerrogativas da nobreza, no qual já foi considerado «o mais admirável resumo [...] da ideologia senhorial medieval»⁷¹. Ao dirigir-se às tropas nos momentos que antecedem a batalha, Afonso IV diz:

«Meus naturaes e meus vassalos, sabedes bem como esta terra de Espanha foi perduda por rei Rogrigo e ganhada pelos Mouros, e em como outra vez entrou Almançor, e em como os vossos avoos, donde descendedes, por gram seu trabalho e por mortes e lazeiras, ganharam o reino de Portugal. Em como el rei dom Afonso Anrequiz, com que a eles guanharam, Ihs deu honras e coutos e liberdades e contias por que vivessem honrados, e nom tam solamente fez esto a eles, mais por sua honra dava os maravedis aos filhos que jaziam nos berços, e os padres serviam por eles; em como os reis, que depos el veeram, aguardarom esto. Eu, depois que viim a este logu, fiz aquelo que estes reis fezerom; e se algũa cousa i ha pera emendar, eu o corregerei se me Deus daqui tira.»⁷²

Pela boca do rei é enunciado o rol dos direitos que os senhores reivindicavam como inerentes à sua condição. No preâmbulo deste «programa», verdadeiro repositório da ideologia da grande nobreza, estabelecem-se as razões da legitimidade invocada: foram os antepassados dos fidalgos que, pelo seu esforço e sacrificio, «ganharam o reino de Portugal», tendo por isso recebido a devida recompensa por parte de D. Afonso Henriques e assegurado a transmissão hereditária das mercês régias. E de tal forma são inalienáveis estes direitos que o próprio Afonso IV, como corolário do que começou por dizer, se dispõe a emendar o que houver a emendar...

Não era possível maior clareza. Recordando os seus feitos passados e realçando a acção dos fidalgos em geral, o que se visa é a salvaguarda e a consolidação das posições por estes adquiridas. E não será fortuito que tenha sido alguém ao serviço dos Pereira a actuar como porta-voz dos interesses senhoriais, nesse início dos anos oitenta do século XIV⁷³. Recorde-se, a este propósito, que a família dos Pereira é precisamente uma das que conhecem, ao longo deste período, um significativo processo de ascensão no seio da nobreza, em virtude da sua ligação a cargos de chefia das ordens militares⁷⁴.

Mas as visões do passado e a sua memória não são necessariamente unívocas, mesmo ao nível daqueles que dispõem de uma técnica como a escrita, permitindo-lhes transmitir e perpetuar uma tradição. Como género literário cultivado pela coroa, a crónica encarna, neste caso, a apropriação da história por parte da realeza. Ao contrário do que sucede na narrativa do *Livro de Linhagens*, em que, como vimos, o monarca mais não faz do que expressar os desígnios e os interesses da alta nobreza, na *Crónica de Afonso IV* ele não só possui uma identidade própria como é o protagonista no desenrolar dos acontecimentos. É, de facto, o rei que ocupa o lugar central e assume o principal papel ao longo do relato de Rui de Pina. De Afonso IV é a voz que lê os sinais da natureza «interpretando tudo a graça e ajuda de Deos»⁷⁵ e que faz uma autêntica profissão de fé quando se declara disposto a ajudar o genro, Afonso XI, na luta contra os mouros⁷⁶. De Afonso IV é também a voz que se ergue, no conselho dos reis cristãos realizado em Sevilha antes da batalha, contra os que haviam influenciado o monarca castelhano para que entregasse a cidade de Tarifa aos muçulmanos:

«Eu nom say do meu Regno de Portugall pera comsemyr que cydade, vyla, nem castello em tera de Christãos, domde eu estou, se perdese, nem por mynha homra ho comsemyrya. Amtes vym e estou prestes pera oferecer meu corpo a morte, asy como Christo, cujo he esta empresa, ho ffez por nos, e pera em Sua samta Ffee catolyca, cobyçoso de noso senhoryo, nem cuydo que tenho aquy homem do meu Reyno, nem do meu conselho, que ho asy não aproue, e aja por bem. Ca por se cobrar, e nom perder Taryfa, eu farey como farya pola mais prymcypall çidade de meus Reynos.»⁷⁷

Tal como a *Crónica* expressamente refere, estas «palavras que pareciam dyvynamente ynspradas» são proferidas por um soberano que «pareçya fauoreçydo da Graça de Deos»⁷⁸ e acabam por fazer mudar a opinião de Afonso XI e dos seus conselheiros. As alusões à inspiração divina e o paralelo com o próprio Cristo conferem ao soberano português uma natureza que o aproxima do sobrenatural e o faz intérprete da vontade de Deus. Com o seu conselho e os seus argumentos Afonso IV decide *da* batalha, arrastando consigo os castelhanos; mas, pela sua acção, decide, igualmente, *a* batalha, dele dizendo a *Crónica* que «como prymcypall veyçedor mereço ho prymcypall louvor»⁷⁹.

Quando, antes do confronto, Afonso IV se dirige aos «seus Purtugueses» para evocar a perda da Espanha no tempo do rei visigodo Rodrigo, não deixa de fazer apelo à «omra e boom nome» dos que com ele estavam, para dar continuidade à acção dos monarcas que o antecederam e dos seus «leais vasalos e booms cavaleyros»⁸⁰. Tal como no *Livro de Linhagens*, também aqui é o rei quem propala os ideais da cavalaria que, entre nós,

se difundiram a partir da corte e por iniciativa dos próprios soberanos, após os inícios do século XIV⁸¹. Mas se no relato integrado no *Livro* do Conde D. Pedro o rei fala pela nobreza senhorial e quem se destaca é Alvaro Gonçalves Pereira e, através dele, a sua família (ou, de uma forma genérica, os «valorosos fidalgos»), aqui é o próprio suserano quem sobressai. Mais do que a sua figura pessoal, pretende-se pôr em relevo a realeza e, por essa via, proceder à apropriação da memória do Salado. Neste percurso, a crónica, enquanto registo historiográfico no qual a coroa investe, constitui o veículo de eleição para um capital simbólico que se procura preservar e transmitir ao longo de séculos.

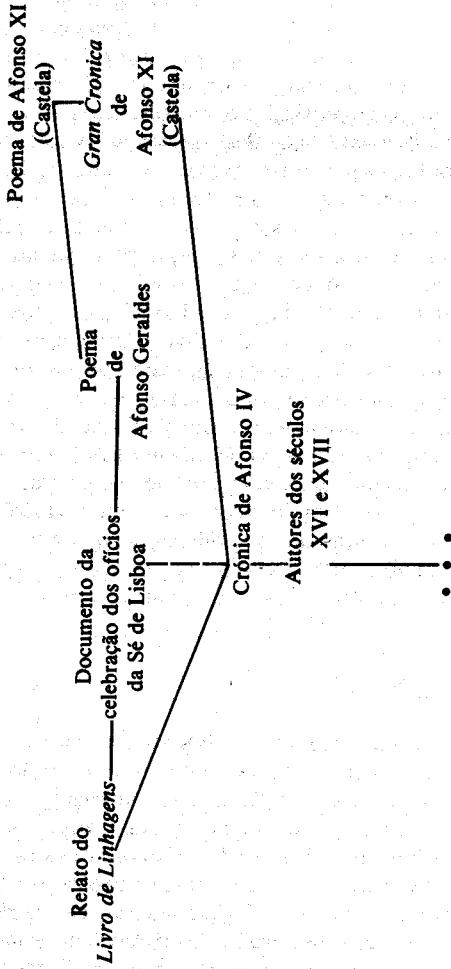
A transmissão da memória após a Idade Média

Ao longo das centúrias de Quinhentos e de Seiscentos, os autores portugueses que abordam o Salado fazem-no sempre dando particular importância ao espírito de cruzada e ao episódio da Vera Cruz, como expressão concentrada do carácter milagroso da vitória cristã. Tanto Cristovão Rodrigues Acenheiro⁸², como Duarte Nunes de Leão⁸³, como Pedro de Mariz⁸⁴, como, ainda, Manuel de Faria e Sousa⁸⁵ destacam a acção dos portugueses e, particularmente, de Afonso IV, no decurso da batalha. É esta, de resto, a perspectiva contida num relato que se situa fora do âmbito historiográfico, mas que, pelas suas características, encarna, sobremaneira, a marca da memória prevalecte em Portugal a propósito da lide de Tarifa, como também era designada. Referimo-nos a *Os Lusíadas*, cujas estrofes 109 e 114 do Canto III condensam, de forma exuberante, o que acima se disse⁸⁶.

Voltando às fontes historiográficas, todos os autores procuram ilustrar os feitos decisivos atribuídos ao rei português e aos seus exércitos dando particular ênfase à intervenção de Afonso IV junto do conselho do genro, quando demoveu dos seus intentos os que pretendiam fazer a entrega da praça de Tarifa. Por outro lado, os mesmos autores são unânimes ao assinalarem a intervenção divina no desfecho do combate e ao porem em primeiro plano a recusa do monarca português em participar na partilha do espólio, após a batalha⁸⁷. Este sublinhar da indiferença régia face aos bens materiais mais não visa do que a reafirmação dos motivos exclusivamente espirituais que haviam levado o rei de Portugal a ajudar o seu homónimo de Castela⁸⁸.

Se parece certo que os cronistas portugueses dos séculos XVI e XVII conheceram as fontes castelhanas alusivas ao Salado, cremos ser inegável a existência, em Portugal, de uma tradição que resulta da síntese do relato do *Livro de Linhagens* (nomeadamente do episódio da Vera Cruz, ausente

A TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA DO SALADO EM PORTUGAL



das narrativas castelhanas) e da *Crónica de Afonso IV*, se bem que esta última seja, por sua vez, fortemente tributária da *Crónica de Afonso XI*⁸⁹ e, em menor medida, do *Poema* da autoria de Rodrigo Yañez⁹⁰.

Esta tradição historiográfica portuguesa tenderá, após a Idade Média, a acentuar uma crescente demarcação perante a Espanha. Se era possível descortinar, já no trecho do *Livro de Linhagens*, um esboço da noção de alteridade face aos castelhanos — ilustrado, por exemplo, pelas repetidas referências aos *portugueses* — este facto não pode ser confundido com qualquer conceito de patriotismo romântico *avant la lettre*. Por seu turno, o carácter «nacional» da *Crónica de Afonso IV* reflecte-se não tanto nos eventos narrados — pois estes, apesar dos feitos decisivos atribuídos aos portugueses, seguem de muito perto o relato das fontes castelhanas⁹¹ — mas, principalmente, na centralidade da pessoa do rei e no próprio âmbito político-geográfico em que se enquadra a narrativa⁹².

Se o moderno conceito de nacionalismo se afigura prematuro e anacrónico para a Idade Média, já o julgo relativamente operativo para os séculos XVI e, sobretudo, XVII; e se digo *relativamente* é porque o creio aplicável ao nível das élites, nomeadamente dos autores que praticam o género historiográfico e que se situam, regra geral, nas proximidades do poder político central. É o que ocorre com Fr. Rafael de Jesus que, na Parte Sétima da *Monarquia Lusitana* (publicada em 1683), aborda o Salado com a preocupação mais ou menos constante de demonstrar o valor dos portugueses. Para esse efeito, além de incorporar toda a tradição anterior sobre a Vera Cruz e a intervenção do maravilhoso, aduz, ainda, críticas explícitas aos autores espanhóis, numa perspectiva em que o conceito de nação e o desejo de se demarcar face à Espanha pautam a própria articulação do texto⁹³.

Ressurgências

Nos finais do século XIX o Salado volta a ser tratado numa obra que conhecerá sucessivas edições e terá grande expansão na época. O autor, Manuel Pinheiro Chagas, reflectirá no tratamento do tema o espírito positivo que marcou a segunda metade de Oitocentos, pondo em causa dados dos cronistas medievos⁹⁴, mas não deixando de expor uma visão redutora sobre aqueles tempos⁹⁵. Não obstante a preocupação crítica de que dá mostras e, nomeadamente, a alegada rejeição do que chama o «entusiasmo patriótico» dos relatores cristãos, Pinheiro Chagas não se exime, também ele, de fazer ressaltar e enaltecer em termos apologeticos a acção dos portugueses, se bem que se preocupe com a justificação racional do que afirma⁹⁶.

Já em pleno século XX, o Salado teria a sua derradeira e certamente mais aparatosa evocação. A 30 de Outubro de 1940, integrada na comemoração do Ano dos Centenários, realizar-se-ia, em Évora, a celebração luso-

-espanhola dos seiscentos anos da vitória sobre os mouros. As cerimónias, em que se fizeram representar através de uma delegação as autoridades espanholas, são marcadas pela exaltação nacionalista feita por dois governos que comungam dos mesmos valores.

Do lado português, a tónica volta a ser posta no carácter milagroso do triunfo, com o inevitável realce para o episódio da Vera Cruz⁹⁷. Não muito longe de Évora, do lado de lá da fronteira, fumegavam ainda as ruínas da guerra civil; o espírito de cruzada patente nas fontes medievais é canalizado segundo as conveniências do momento. Na data da batalha, o *Diário de Notícias* incluía na sua primeira página um artigo sobre o Salado, da autoria de Jorge Botelho Moniz, aqui apresentado como «o heróico capitão dos Viriatos»⁹⁸. E, nas suas palavras, o paralelismo de situações é total: «Um princípio sagrado, o mesmo que animou os 'Viriatos' levou o bravo Afonso IV a acudir a Castela.» De idêntico teor é um outro artigo, este da autoria de João Ameal, dado à estampa no *Diário da Manhã* do mesmo dia, em que se exulta, em relação ao Salado, pela «vitória do Ocidente, ao serviço de Deus»⁹⁹.

Evoca-se o Salado, mas o que se comemora são dois regimes para os quais a efeméride de carácter histórico vale como alegoria de sentido político e ideológico. Numa Évora parada para assistir aos festejos que percorrem a cidade, os discursos oficiais são a expressão mais acabada dessa concepção *utilitária* da história que flui pela boca do embaixador de Espanha: uma «guerra de religião e de fé»¹⁰⁰, eis o que perdura do Salado.

Seiscentos anos depois e após múltiplas vicissitudes, os signos que prevalecem na memória histórica da batalha são, pois, os mesmos que encontramos na origem dessa mesma memória, ou seja, o sangue da guerra, a cruz de uma outra *cruzada*, a coroa de uma autoridade que se autolegitima por meio de ambos.

NOTAS

* Uma primeira versão deste artigo serviu de base à lição apresentada no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica previstas no Estatuto da Carreira Docente Universitária e realizadas a 11 e 12 de Março de 1987, na FCSH da UNL. Ao Prof. Doutor José Mattoso e ao Dr. Luís Krus quero expressar os meus agradecimentos pelas suas sugestões.

¹ B. Guenée, *Histoire et culture historique dans l'Occident Médiéval*, Paris, Aubier, 1980, pp. 23-25. Do mesmo autor vejã-se «Chancelleries et monastères. La mémoire de la France au Moyen Age» e «Les Grandes Chroniques de France. Le Roman aux roys (1274-1518)», in *Les lieux de mémoire*, dir. por Pierre Nora, II, *La Nation*, vol. 1, Paris, Gallimard, 1986, pp. 5-30 e 189-214, respectivamente.

² L. Krus, «A morte das fadas: a lenda genealógica da Dama Pé de Cabra», *Ler História*, n.º 6, 1985, p. 26.

³ No modelo que a este respeito nos propõe, G. Duby afirma: «Je me risqueraï donc aussi à observer [...] l'action que l'imaginaire et l'oubli exercent sur une information, l'insidieuse pénétration du merveilleux, du légendaire et, tout au long d'une suite de commémorations, le destin d'un souvenir au sein d'un ensemble mouvante de représentations mentales» (*Le dimanche de Bouvines*, Paris, Galimard, 1973, p. 14).

⁴ Para uma visão factual e detalhada sobre o Salado, veja-se Ambrosio Huici Miranda, *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*, Madrid, CSIC, 1956, pp. 331 e segs.

⁵ Segundo L. F. Lindley Cintra, pode-se admitir que a primeira redacção, hoje desconhecida, da *Crónica Geral de 1344* incluisse já uma referência ao Salado («Introdução» à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, edição fac-similada da 1.ª ed., I, Lisboa, 1983, p. XXXVI).

Os manuscritos quatrocentistas portugueses da segunda redacção da *Crónica de 1344* ou não fazem alusão ao Salado (como ocorre no exemplar existente na Academia das Ciências), ou incluem apenas um breve apontamento (como sucede com o códice da Biblioteca Nacional de Paris). Para este último caso, dispomos de uma cópia manuscrita do século XVII, depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa; segundo Lindley Cintra, as variantes que apresenta em relação ao códice de Paris «são unicamente devidas à modernização de algumas formas, à má leitura de outras e a raras inovações arbitrárias» (*op. cit.*, I, pp. DXX-DXXI). O passo sobre o Salado é do seguinte teor: «Ca [Afonso IV] lhe fez [a Afonso XI] despois muitas e boas ajudas assi de sua frota como de sua pessoa e de seus naturaes ca o foy ajudar quando ouve a batalha, em tarifa com el Rey de bellamarim, e com os outro Reis mouros, onde os portugueses provarom valentemente esta batalla se chama a do sellado, a qual vencida se tornou el Rey de portugal per seu Reino, com muita honra.» (Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Cod. 8650, Cap. 434, fl. 386v.)

Quanto aos manuscritos castelhanos do século XV, existentes em Madrid, dois deles referem mais circunstanciadamente a batalha, aludindo, nomeadamente, ao conde D. Pedro, mas a sua importância é praticamente nula para o estabelecimento da memória histórica do Salado, em Portugal (vejam-se algumas passagens em L. F. Lindley Cintra, *op. cit.*, I, pp. CLXIV-CLXV).

⁶ Edição de José Mattoso, Academia das Ciências de Lisboa, 2 vols., Lisboa, 1980, 21G15, pp. 239-257. Passaremos a citar este passo do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* por LL.

⁷ In *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição de Carlos da Silva Tarouca, Academia Portuguesa de História, II, Lisboa, 1952. Sobre o Salado vejam-se os Caps. LII-LXII, pp. 299-349, sobretudo o Cap. LXII, pp. 338-349. Passaremos a citar a *Crónica do Rei D. Afonso IV* por *Crónica*.

⁸ Sobre a autoria do relato do Salado veja-se António José Saraiva, «O autor da narrativa da batalha de Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro», *Boletim de Filologia*, XXII, 1971, pp. 1-16 e J. Mattoso, «Introdução» ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. cit., I, pp. 41-50.

⁹ Sobre a autoria da *Crónica de 1419*, veja-se Artur de Magalhães Basto, «Estado actual dos principais problemas que a 'Crónica de 1419' tem levantado», in idem, *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a 'Crónica de 1419'*, Coimbra, Universidade, 1959, pp. 509-548. Sobre o mesmo assunto publicou L. F. Lindley Cintra, na *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 2.ª série, XVII, 1951, pp. 252-263,

uma importante recensão crítica à obra de A. de Magalhães Basto, *A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da 'Crónica de Cinco Reis' em face dessa tese*; esta recensão foi reproduzida por Magalhães Basto, em apêndice aos citados *Estudos...*, pp. 549-562.

¹⁰ *Crónica*, Cap. LXI, p. 337.

¹¹ *Ibidem*, Cap. LXII, p. 339. Expressão semelhante no *LL*, p. 242.

¹² *Crónica*, Cap. LXII, p. 347.

¹³ A tentação de exagerar as perdas dos vencidos visa, também aqui, realçar a glória dos vencedores; cf. Philippe Contamine, *La guerra en la Edad Media*, Ed. Labor, Barcelona, 1984, p. 324 (trad. do francês).

¹⁴ *LL*, p. 256.

¹⁵ *Crónica*, Cap. LXII, p. 347.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Vejam-se, por exemplo, A. J. Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, 1, Lisboa, Jornal de Foro, 1950, p. 336, A. J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 6.ª ed., Lisboa, Porto Editora, s. d., p. 82 e M. Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, 10.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1981, p. 313.

¹⁸ *LL*, p. 245.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 248-249.

²⁰ *Crónica*, Cap. LXII, p. 340.

²¹ Vejam-se também as alusões ao sangue constantes do *LL*: «As chagas eram muitas, de que se vertia muita sangue» (p. 246); «As espadas que tragiam eram muito alvas; ali se tornaram vermelhas com sangue.» (p. 248)

²² J. E. Ruiz Doméneq, «El sonido de la batalla en Bertrand de Born», *Medievalia*, Barcelona, n.º 2, 1981, p. 101 (sublinhado pelo autor).

²³ *LL*, p. 249.

²⁴ *Crónica*, Cap. LXII, p. 345.

²⁵ *LL*, p. 252.

²⁶ Afonso XI confrontava-se não só com problemas internos que o opunham a um sector da grande nobreza encabeçado por D. Juan Manuel e D. Juan Nuñez de Lara, mas estava também a contas com guerras, por distintos motivos, contra Navarra, Aragão e Portugal. Sobre a acção de Bento XII neste contexto, veja-se Rogelio Perez-Bustamante, «Benedicto XII y la cruzada del Salado», in *Homenaje al Prof. Dom Justo Pérez de Urbel*, II, Abadia de Silos, 1977, pp. 177-203. Sobre a guerra com Portugal veja-se Marie-Claude Mahaut, «Le rôle pacificateur du Pape Benoit XII dans le conflit de la Castille avec Portugal (1337-1340)» in *La guerre et la paix au Moyen Age. Actes du 101^e Congrès national des Sociétés Savantes (Lille, 1976)*, Paris, 1978, pp. 225-239. Para as relações entre os dois Afonsos, o de Portugal e o de Castela, veja-se Manuel Garcia Fernandez, «Las relaciones internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía (La participación portuguesa en la Gran Batalla del Estrecho, 1325-1350)», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, I, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1987, pp. 201-216.

²⁷ Carl Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940, p. 54.

²⁸ Vejam-se as alusões à *cruzada* (Cap. LVI, p. 317), à *santa batalha* (Cap. LXI, p. 335) ou à *Santa Cruzada* (Cap. LXII, p. 338).

²⁹ *LL*, p. 244; *Crónica*, Cap. LXII, p. 340. O significado e a importância da anevisão de Álvaro Pereira são enfatizados quando, já depois de consumada a vitória, se recorda o tom profético das suas palavras: «Aqui se compriu o que disse o priol dom Alvaro de Pereira a el rei dom Afonso, que el, pela Santa Vera Cruz e pelos nobres fidalgos, havia de vencer primeiro» (*LL*, p. 249); «Ell Rey de Purtuquall foy nesta batalha o primeyro vytoryoso, e que della como prymcypall vemçedor mereço ho prymcypall louvor, asy como o Pryoll do Crato na comfyança da Vera Cruz e na esperança de sua vertude lhe prometera.» (*Crónica*, Cap. LXII, p. 341) Não deixa de ser curiosa a omissão, no passo da *Crónica*, aos «nobres fidalgos», pelos quais se diz no *LL* que Afonso IV havia de «vencer primeiro». Esta questão, aparentemente de pormenor, prende-se com o propósito, contido na *Crónica*, de apropriação da memória da batalha por parte da realza. Adiante retomaremos o assunto.

³⁰ Esta relíquia foi trazida por Afonso Pires Farinha, antecessor de Álvaro Gonçalves Pereira no priorado da Ordem do Hospital. Sobre a história e a lenda da Vera Cruz, veja-se o artigo do Cónego José Medeiros, «O Santo Lenho da Sé de Évora», *A cidade de Évora*, n.º 33-34, Ano X, Julho-Dezembro, pp. 259-298.

³¹ *Crónica*, Cap. LXII, p. 341.

³² *Ibidem*; veja-se passagem idêntica no *LL*, p. 247.

³³ *LL*, p. 247.

³⁴ *Ibidem*, p. 246.

³⁵ Veja-se, a este respeito, G. Duby, *op. cit.*, p. 146.

³⁶ A. J. Saraiva escreveu, a propósito do autor do relato: «Este sábio autor que tão bem manejava a repetição e desenrolava o ritmo da frase, é evidentemente um mestre no estilo oratório. A sua narrativa parece mais o sermão de um pregador do que o depoimento de uma testemunha.» (*op. cit.*, I, p. 336).

³⁷ *LL*, pp. 246-247.

³⁸ Sobre a intervenção divina para a explicação dos factos e das suas causas, na historiografia medieval, cf. B. Guenée, *op. cit.*, pp. 209-210.

³⁹ Vale a pena acompanhar ambas as descrições. Segundo o *LL*, os cristãos, «que estavam ja muito esmahados por a força que perderom, olharom por ela e virom-na [à Vera Cruz] andar entre os Mouros, e logo em si sentirom que a graça de Deus era com eles, porque se acharom aquela hora valentes e esforçados come em começo da lide [...]. Ali se mudou a ventura, que estava de choro e de lagrimas e de gram lastima e amargura a toda a cristaidade» (p. 248); de acordo com a *Crónica*, «de dentro das mais traudas batalhas ha trouxeram [à Vera Cruz], e com ella ho cleryguo [...] que sem receber dano, ha trazia aleuamtada. E com a sua vymda e com as palavras d esforço, que com ella loguo se disseram, el Rey e os Portugueses, como refrescados de hum novo e gramde fauor, leuamdoa outra vez diamte de sy, comeram tam ryjamente os Mouros, que loguo com vertude da Cruz, mylagrosamente se mudou ha vemtura, que damtes aos Christãos parecy a de todo comtrayra» (Cap. LXII, p. 341).

⁴⁰ «Os cristãos seguiron a Vera Cruz per u ia» (*LL*, p. 248).

⁴¹ *Crónica*, Cap. LXII, p. 345.

⁴² *LL*, p. 253.

⁴³ No *LL*, depois de se descrever a desdita de Abul-l-Hasan (que, após o Salado, ainda sofre derrotas impostas pelos seus adversários muçulmanos, vê morrer um filho e é vencido por outro), dele se diz que «vio-se mui desbaratado de todo e dos

reinos, e morreo com pesar», pelo que se conclui, numa demonstração da inevitabilidade do castigo divino, que «assi mostra Jesu Christo seus milagres contra os que querem ir contra sa fe» (p. 256). Por sua vez, na *Crónica*, pode-se ler que «claramente se vyo que sobçederam cousas azaz mylagrosas, porque se acharam muytos Mouros e seus cavalos e camelos mortos de tays ferydas, que nam parecym ser dadas per mãos vmanas» (Cap. LXII, p. 346); no final deste capítulo diz-se que os reis cristãos deram «muytas graças e louvores a noso Senhor Jesu Christo e a bemaventurada Virgem Maria, sua madre», pela «samta e milagrosa vitoria» (*ibidem*, p. 348).

⁴⁴ De facto, para além de não existir a mais leve alusão ao episódio de Vera Cruz, são escassíssimas, na *Crónica* de D. Afonso XI, as referências susceptíveis de serem interpretadas como prova da natureza sagrada do combate. Para além de a expressão «santa batalla» surgir isoladamente várias vezes (*Gran Cronica de Alfonso XI*, ed. crítica por Diego Catalán, II, Madrid, 1976; vejam-se, por exemplo, os Caps. CCCXXIV, p. 411, CCCXXVIII, p. 422, e CCCXXXII, p. 439), só numa breve passagem seria possível descortinar o sinal da alegada intervenção divina: «E Dios, que fue el vencedor en esta sancta batalla, touo por bien que non muriesen alli mas de quinze hasta veynte christianos de los de cauallo que murieron en el comieço de la pelea. E los moros que fueron ay muertos e captiuos fueron syn cuento muchos dellos» (*ibidem*, Cap. CCCXXX, p. 434). Este mesmo facto já havia sido notado por A. Huici Miranda que, reportando-se ao autor da *Crónica* de Afonso XI, dissera que «no recurre a intervenciones sobrenaturales para explicar y realzar el triunfo» (*op. cit.*, p. 372).

⁴⁵ *Gran Cronica de Alfonso XI*, Cap. CCCXXXIII, p. 442; *Crónica*, Cap. LXII, p. 348.

⁴⁶ Manuel Dualde Serrano, «Solidaridad espiritual da Valencia con las victorias cristianas del Salado y Algeciras», *Estudios Medievales*, Valência, I, 1950, pp. 61-62.

⁴⁷ Solange Corbin, «Fêtes portugaises. Commémoration de la victoire chrétienne de 1340 (Rio-Salado)», *Bulletin Hispanique*, Bordéus, XLIX, 1947, n.º 2, pp. 212 e 216; *idem*, *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Age (1100-1385)*, Paris, Institut Français au Portugal, VIII, 1952, p. 382.

⁴⁸ João Martins da Silva Marques, «Referências à batalha de Ourique em documentos dos séculos XIV e XV», in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, II, Lisboa, 1940, pp. 101-107; este autor confundiu aqui a batalha do Salado com a de Ourique: cf. Miguel de Oliveira, *Ourique em Espanha. Nova solução de um velho problema*, Lisboa, 1944, pp. 111-120.

⁴⁹ M. Oliveira, *op. cit.*, p. 113; S. Corbin, «Fêtes...», p. 217.

⁵⁰ M. Oliveira, *op. cit.*, p. 113.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*. Em Évora a designação desta festa será *Triumphus Crucis*: cf. *Breviarium Eborense*, Lisboa, 1548, cols. 1631-1654.

⁵³ A celebração da *Victoria Christianorum*, que tinha lugar a 30 de Outubro, chegará mesmo até ao século XX. Vejam-se, para Évora (ano de 1910), Coimbra (ano de 1915) e Leiria (ano de 1917), as referências de S. Corbin, «Fêtes...», p. 216.

⁵⁴ *Monarquia Lusitana*, Parte V, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, edição fac-similada, Lisboa, 1976, Livro XVI, Cap. XIII, p. 25.

⁵⁵ Publicado por Fr. Fortunato de São Boaventura, *Commentariorum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca Libri tres*, Coimbra, 1827, pp. 586-603. O documento publicado é uma cópia de 1472 e nele se pode ler que se trata da relação «de verbo

ad verbum» constante do livro dos ofícios da Sé de Lisboa e respeitando, precisamente, ao «*officium de admirabili victoria Christianorum*» (pp. 587-588). É possível que fosse a esta narrativa que se referisse Fr. Francisco Brandão.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 586.

⁵⁷ Os cristãos foram «*ad bella contra perfidos et innumerabiles Sarracenos, Christi fidei inimicos [...] et gentibus terribilibus et nigerrimis*» (*ibidem*, p. 591).

⁵⁸ «*Rex autem Portugaliae Sancti Spiritus igne succensus*» (*ibidem*, p. 592); mais à frente, pode-se ler: «*Benedictus Dominus Rex, qui venit in nomine Domini*» (*ibidem*, p. 593).

⁵⁹ É o rei de Portugal quem, «*supradictus Spiritus Sancti afflatu animose*», responde aos barões e magnates do conselho de Afonso XI de Castela que não queriam dar combate aos mouros (cf. *ibidem*).

⁶⁰ É, mais uma vez, Afonso IV quem considera a névoa que se abatera durante três dias sobre os exércitos cristãos como um maná enviado por Jesus Cristo (*ibidem*, p. 595).

⁶¹ Ao armar os cavaleiros, o rei português afirma: «*Isti qui hoc tempore milites sunt effecti, sanguinem fundere cupiunt pro Domino Nostro Jesu Christo, sicut ipse proredemptione nostra proprium spargere sanguinem minime dubitavit*» (*ibidem*, p. 596).

⁶² A vitória cristã acaba por ser fácil, em função do poderoso auxílio divino: «*Rex Granatae cum suo vexillo, et suis sequacibus dedit illico terga fugae, infinitis barbaris equitibus et peditibus in terram prostratis, et Divino auxilio potentialiter interfectis, qui veloces venerant, et credebant sanguinem effundere Christianorum; in hoc quippe die, qua Dominum Jesum Christum invocaverunt devoti fideles, ipsos velociter exaudivit*» (*ibidem*, p. 597). Mais adiante, o milagre que teria estado na raiz da vitória é expressamente referido: «*... hic enim Sarraceni cameli et equi eorum lacerati fuerunt, ut videbatur ictibus inhumanis, nam ita Maurorum gran-dia vulnera Christocolis apparebant, quod vix per homines inflixa credebantur; cum autem per montes et ripas redibant Christicolae, per quos Sarracenos fuerant insecti, vix poterant Christiani equitando redire, imo ipsos oportebat de equis descendere, ac eos ducere per habennas, quod sine miraculo fieri nequivit Divino*» (*ibidem*, p. 599). Atente-se na semelhança entre esta passagem e uma outra da *Crónica*, referida na nota 43.

⁶³ Sobre Afonso Gerales veja-se Mário Martins, «Frei Álvaro Pais e o Poeta Afonso Gerales», in *Estudos de Cultura Medieval*, 2.ª ed., II, Lisboa, Edições Brotéria, 1980, pp. 70-76.

⁶⁴ Acerca do paralelismo entre os poemas de Rodrigo Yañez e Afonso Gerales, veja-se Diego Catalán, «La Gran Cronica y la historiografía en prosa y en verso sobre Alfonso XI», Introdução à *Gran Cronica de Alfonso XI*, I, cit., pp. 117-118, sobretudo notas 143, 146 e 147.

⁶⁵ Diego Catalán transcreve alguns dos que seriam os versos iniciais do poema (*op. cit.*, p. 117, nota 143). Fr. Francisco Brandão dá-nos conta de mais três quartetos de versos pertencentes ao que designa por *rimas* de Afonso de Gerales (*op. cit.*, Parte V, Livro XVI, Cap. XIII, p. 26 e Parte VI, Livro XVIII, Cap. V, p. 20). O primeiro destes quartetos é especificamente sobre o Salado («Gonçalo Gomes d'Azevedo/ Alferes del Rey de Portugal/ entrava aos Mouros sem medo/ como fidalgo leal»), enquanto os dois outros (incluídos na Parte VI da *Monarquia Lusitana*) se reportam à acção governativa de Afonso IV. Ainda do século XVII, há um outro au-

tor, Jorge Cardoso, que refere o que poderá ser mais uma quadra do mesmo poema (*Hagiológico Lusitano*, 1, Lisboa, 1652, p. 328).

⁶⁶ LL, p. 245. Sobre estes aspectos, veja-se o que escreveu G. Duby, a propósito de Bouvines (*op. cit.*, pp. 151 e 158).

⁶⁷ Os valores da cavalaria presentes no relato do LL haviam já sido sublinhados por A. J. Saraiva, «O autor da narrativa da batalha do Salado...», pp. 15-16.

⁶⁸ Recordemos que, na sua profecia, Álvaro Gonçalves Pereira dissera a Afonso IV que «pela sua vertude [da Vera Cruz] e por os boos fidalgos vossos naturaees que aqui teedes, havedes de vencer estas lides» (LL, p. 244, sublinhado meu). E, quando está já confirmada a vitória, o autor do relato relembra as palavras de Prior do Crato: «Aqui se compriu o que disse o priol de Alvaro de Pereira a el rei dom Afonso, que el, pela Santa Vera Cruz e pelos nobres fidalgos, havia de vencer primeiro.» (*ibidem*, p. 249, sublinhado meu)

⁶⁹ «Senhor, os que aqui estam hoje, este dia, vos faram vencer, ou i todos prederemos morte.» (*ibidem*, p. 244) A morte em combate como via para a conquista da imortalidade é analisada por Philippe Contamine, «Mourir pour la Patrie (x^e-xx^e siècle), in *Les lieux de mémoire*, dir. por P. Nora, II, *La Nation*, vol. III, Paris, Gallimard, 1986, pp. 11-43, especialmente pp. 21 e 25.

⁷⁰ J. E. Ruiz Doménec, *op. cit.*, p. 89.

⁷¹ A. J. Saraiva, *op. cit.*, p. 15.

⁷² LL, p. 243.

⁷³ «Em Portugal, a memória da participação portuguesa no confronto [do Salado] será apropriada pelos Pereiras, ligados à ordem militar do Hospital, os quais, em seu proveito, promovem uma refundição do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro que deles faz os legítimos representantes da antiga nobreza portuguesa.» (L. Krus, *op. cit.*, p. 31, nota 75)

⁷⁴ Sobre a ascensão política e social dos nobres através das ordens religioso-militares, veja-se J. Mattoso, «A nobreza e a revolução de 1383», in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval. Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985, p. 397.

⁷⁵ *Crónica*, Cap. LXI, p. 337.

⁷⁶ *Ibidem*, Cap. LIX, pp. 326-327.

⁷⁷ *Ibidem*, Cap. LX, p. 329. Este episódio não consta da *Gran Cronica de Alfonso XI*; cf. Diego Catalán, «La Gran Cronica...», p. 95, nota 108.

⁷⁸ *Crónica*, Cap. LX, p. 329.

⁷⁹ *Ibidem*, Cap. LXII, p. 341.

⁸⁰ *Ibidem*, Cap. LXII, p. 339.

⁸¹ Sobre a relação entre a monarquia e a cavalaria, além-Pirenéus, veja-se G. Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 328 (tradução do francês). Para o papel da coroa na divulgação do ideal da cavalaria, em Portugal, e, concretamente, no reinado de Afonso IV, veja-se José Mattoso, *Identificação de um País I — Oposição*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 125-126.

⁸² *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, «Collecção de Inéditos de História Portuguesa», Academia Real de Ciências, v, Lisboa, 1824, pp. 102-108.

⁸³ *Crónica del Rei Dom Afonso Quarto in Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo Licenciado Duarte Nunes de Leão*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1975, pp. 279-290.

⁸⁴ *Dialogos de Varia Historia*, Coimbra, 1594, 107-108.

⁸⁵ *Epitome de las Historias Portuguesas*, Madrid, 1628, pp. 416-419. Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) nasceu em Portugal, mas passou grande parte da sua vida em Madrid, junto da corte filipina. A *Epitome* foi publicada inicialmente em castelhano e mais tarde traduzida para português. Apesar destes aspectos, o enfoque tende nitidamente, no que ao Salado respeita, a fazer sobressair os feitos de Afonso IV e dos portugueses.

⁸⁶ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, edição organizada por A. J. Saraiva, Porto, Figueirinhas, 1978. A evocação do Salado ocupa as estrofes 107 a 117, nas páginas 172 a 176 da edição citada: «Juntos os dous Afonsos, finalmente/ Nos campos de Tarifa estão defronte/ Da grande multidão da cega gente,/ Pera quem são pequenos campo e monte./ Não há peito tão alto e tão potente/ Que de desconfiança não se afronte,/ Enquanto não conheça e claro veja/ Que, co braço dos seus, Cristo pe-leja.» (est. 109); «Com esforço tamanho estrue e mata/ o Luso ao Granadil, que, em pouco espaço,/ Totalmente o poder lhe desbarata,/ Sem lhe valer defesa ou peito de aço./ De alcançar vitória tão barata/ Inda não bem contente o forte braço,/ Vai ajudar ao bravo Castelhana,/ Que pelejando está co Mauritano.» (est. 114).

⁸⁷ As crónicas medievais dão conta de grandes quantidades de ouro, prata e outras riquezas abandonadas pelos muçulmanos no campo de batalha, o que lhe teria provocado a quebra de $\frac{1}{6}$ no preço daqueles metais preciosos em várias praças europeias (cf. *Gran Cronica de Alfonso XI*, II, cit., Cap. CCCXXXIII, p. 443; *Crónica*, Cap. LXXII, pp. 348-349). Acerca do espólio do Salado e da confirmação da sua importância, veja-se Hilda Grassoti, «Para la historia del botin y de las parias en León y Castilla», *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, XXXIX-XL, pp. 119-132.

⁸⁸ Já na *Gran Cronica de Alfonso XI* consta que o soberano português se escusou a receber dinheiro do espólio, mas diz-se que «el rey de Portugal tomo alguna cosa de las espadas e de los sillos e de los fresnos e de las espuelas» (II, Cap. CCCXXXIII, p. 443). As fontes portuguesas, a partir da *Crónica de 1419*, irão dando cada vez maior destaque a este episódio, incluindo, até, os argumentos utilizados por Afonso IV para vincar a gratuidade da sua acção (cf. *Crónica*, Cap. LXII, p. 348).

⁸⁹ Diego Catalán, «La Gran Cronica...», pp. 93-96 e 99.

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 102 e 110.

⁹¹ Não admiram, pois, as profusas alusões à *Espanha*, entendidas como terra dos cristãos, sem distinções regionais ou, muito menos, «nacionais». Acerca da utilização do termo *Espanha*, na Idade Média, veja-se Jose Antonio Maravall, *El concepto de España en la Edad Media*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1954.

⁹² Do ponto de vista da história da historiografia, a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* exprime uma nova realidade que já foi assinalada por L. F. Lindley Cintra: «A *Crónica de 1419*, com o seu horizonte histórico que coincide com as fronteiras do reino português reflecte o sentimento de independência e a consciência da nacionalidade, a que só os acontecimentos daqueles anos críticos [1383-1385] vieram dar definitiva forma e consistência» («Introdução» à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, edição fac-similada da 1.ª ed., I, Lisboa, 1983, p. CDXIX).

⁹³ A crescente dificuldade da batalha «pasmara a qualquer outra nação que não fora a Portuguesa» (*Monarquia Lusitana*, Parte VII, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ed. fac-similada, Lisboa, 1985, Livro X, Cap. X, p. 475). «Mostrou a na-

ção Portuguesa neste dia que entre todas as do mundo é a que melhor sabe vencer e a que menos caso faz de triunfar.» (*ibidem*, p. 476) Depois de criticar o cronista castelhano que diz não ter o rei português levado à batalha mais de mil cavaleiros, Fr. Rafael de Jesus afirma: «Se foi artifício para lhe defraudarem [a Afonso IV] a gloria de ser o primeiro que nesta ocasião venceu ao granadino e o último que consumou a vitória que os castelhanos alcançaram dos africanos, erram-lhe as guardas, pois vem a confessar que obrou mais com mil cavalos que el-rei de Castela com 14 000 e 25 000 infantes [...]. Não é perito na aritmética o que sabe diminuir e não sabe repartir.» (*ibidem*, pp. 482-483) Finalmente, após ter novamente criticado o historiador castelhano por este escrever que Afonso IV regressara com grande parte dos despojos, o autor beneditino conclui: «Tenho referido as causas, as disposições, o conflito e as consequências da esclarecida e sempre memorável batalha do Salado seguindo a verdade e cronologia dos historiadores portugueses como mais apurada.» (*ibidem*, p. 487)

⁹⁴ «O número fantasiado dos Mouros serve para mostrar o absurdo do cálculo feito pelos cronistas cristãos. Eles explicavam tudo por milages; mas nós que temos por certo que Deus desvia os olhos indignado quando os homens derramam o sangue dos seus irmãos nos campos de batalha, devemos encarrar as coisas debaixo de um ponto de vista mais profano.» (*História de Portugal Popular e Ilustrada*, 3.ª ed., 1, Lisboa, 1899, p. 230; nesta nota como nas seguintes actualizou-se a ortografia) «Os cronistas cristãos soltam nesta circunstância as rédeas ao seu entusiasmo patriótico, e não se envergonham de dizer que nesta batalha morreram duzentos mil muçulmanos, e apenas vinte homens do lado dos cristãos!» (*ibidem*, p. 233).

⁹⁵ «A luta é selvagem e brutal como eram selvagens e brutais as opiniões dos homens desta época» (*ibidem*, p. 232).

⁹⁶ «Do lado onde combatiam as forças portuguesas tinha sido a peleja mais séria, porque os adversários de Afonso IV eram também mais difíceis de vencer. Não julguem que nos cega o orgulho nacional; facilmente se verá quanto é verdadeiro o que afirmamos.» (*ibidem*)

⁹⁷ Num artigo publicado na primeira página do *Diário de Notícias* de 28 de Outubro de 1940, utiliza-se o relato do *Livro de Linhagens* como correspondendo à verdade histórica, concluindo o articulista que «a vera cruz de Marmelar conseguira o milagre magnífico». O mesmo episódio é incluído no discurso proferido por Júlio Dantas, Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, em Évora, a 30 de Outubro (*Diário de Notícias*, 31 de Outubro de 1940, p. 2).

⁹⁸ Na introdução ao artigo, o *DN* descreve Jorge Botelho Moniz como «alguém que, não há muitos meses ainda, combatia, no mesmo terreno, ao lado de espanhóis, por uma causa tão justa como aquela que hoje, a 600 anos de distância, se comemora».

⁹⁹ O sublinhado é do autor, que também não resiste a estabelecer o paralelo com os tempos contemporâneos, concluindo: «Correram seiscentos anos. São os mesmos princípios que nos orientam, as crenças que nos dominam, a causa que nos une, frente às adversidades e aos perigos. [...] que a Península continue a apresentar ao Mundo o luminoso exemplo de duas grandes Nações ligadas pelo culto da ordem, da paz, do afecto mútuo — e dos altos ideais de há seis séculos.»

¹⁰⁰ Depois de abordar a batalha de 1340, diz D. Nicolau Franco: «Decorre o ano de 1936. Há guerra em Espanha, também. Guerra de religião e de fé. Conquista-se, palmo a palmo, o solo da Pátria em luta pela civilização. Os portugueses — povo,

soldados e homens de Estado — [...] sentem que não tem o direito de gozar da fé e da civilização aquele que não as defende. Então, Portugal e Espanha sentem nos corações o eco do abraço de ferro de há seis séculos e, de novo, voltam os portugueses no mais duro da luta pela honra de defender uma civilização que lhes é comum» (*DN*, 31 de Outubro de 1940, p. 2). Segundo o mesmo jornal, também o arcebispo de Évora «evocou o auxílio que os portugueses deram recentemente aos espanhóis 'quando uma nova barbárie do Oriente quis instalar-se em Espanha'» (p. 2)